

1.º Painel

Autarquias Locais – Agentes de Desenvolvimento: Passado – Presente – Futuro. Potencialidades e limitações

Margarida Cancela d' Abreu

Encarei esta intervenção como um testemunho, de quem interagiu, do lado de fora, durante vinte anos com todas as autarquias do Alentejo - deixando para a intervenção das C.I.M. as questões mais internas e de futuro.

Assim vou referindo o passado e indicando algumas limitações e potencialidades para o futuro.

Obra feita

Reconhece-se ao Poder Local uma extraordinária **obra feita**, nos últimos quarenta anos, patente na acentuada melhoria das condições de vida das populações e na potenciação da actividade económica local. E estes resultados são extraordinários, porque incluem a recuperação de um significativo deficit em infraestruturas, equipamentos, habitabilidade e actividade económica– deficit esse que há quatro décadas era de facto enorme no país e mais grave ainda no Alentejo.

As condições à partida eram realmente muito negativas – uma das regiões mais pobres da Europa, redução demográfica e um envelhecimento contínuos, uma das maiores taxas de desemprego no país, produção escassa e uma acentuada injustiça social relativamente ao nível nacional.

A realidade do Alentejo apresentava também aspectos positivos - como a existência de recursos naturais importantes; património valioso; aglomerados urbanos interessantes e com grande atractividade; povoamento concentrado e relevo suave (facilitadores da instalação de infraestruturas e serviços); uma paisagem com forte identidade e grande atractividade, pela extensão de horizontes e tranquilidade; população com fortes expectativas de desenvolvimento e confiança no P.L.

Ainda de forma genérica, constata-se que algumas das actuações do P.L. se podem mesmo considerar heroicas, pelo contexto em que se desenvolveram – ausência de certas políticas sectoriais, indefinições no planeamento nacional e nas competências a transferir, desconfiança de sectores da A.C. e alterações frequentes do quadro legislativo.

Com este enquadramento ao longo das últimas décadas, pode-se verificar hoje que houve actuações sérias, responsáveis, transparentes e mais ou menos participadas, cujos resultados se evidenciam por exemplo numa **cobertura** de serviços, redes e sistemas **que se destaca no país, no apoio à infância, juventude e idosos** que se estende às aldeias mais pequenas e isoladas.

E também o “agarrar” de áreas novas, muitas vezes não constituindo competências próprias, mas deficits de actuação da A.C. – como a **habitação social; dinamização sociocultural; a potenciação do desenvolvimento económico**, sobretudo local (loteamentos e parques industriais, parques de feiras e exposições, áreas para desenvolvimento turístico, gabinetes de dinamização e desenvolvimento local - divulgação e atracção de actividades); a **valorização do património**, sobretudo construído, mas também do natural (na criação e direcção de áreas protegidas); e o **planeamento do território** (alguns processos muito participados e outros mais voluntaristas).

Todo este processo de intervenção obrigou a uma **forte alteração de mentalidades** (eleitos, trabalhadores e também dos munícipes) e à **reestruturação dos serviços camarários** (do atendimento, à contabilidade e tramitação de processos).

Contudo, ainda se verificam diversas fragilidades, erros, omissões, deficiente planeamento e estratégia – mas pode-se afirmar que existe um enorme avanço global relativamente à década de 70.

Destacam-se alguns sectores que tradicionalmente foram assumidos pelo P.L. e apresentam evolução acentuada:

- a **urbanização** a que se seguiu o **ordenamento do território**; sector em que se alcançaram realizações significativas, com importantes consequências na vida das populações; constituiu um processo de aprendizagem, por vezes difícil - para os eleitos, equipas técnicas e agentes com intervenção no território; considerando as deficiências em cartografia e estatísticas, inexperiência das equipas, eleitos e técnicos, dificuldades dos sectores governamentais em acompanhar planos e a falta de uma cultura de participação – pode-se dizer, que de facto **se percorreu um caminho heróico, desde as decisões casuísticas e isoladas sobre o uso e transformação do território até à década de 70, até às decisões cada vez mais integradas e colectivas e até aos I.G.T. actuais**; dos PDM, em que o Alentejo foi pioneiro, aos Planos de Salvaguarda, aos Planos Estratégicos e aos igualmente pioneiros PIDD (estes P.I. estabeleceram uma visão supramunicipal, que ainda não existia e conseguiram alguma articulação com os sectores, superando a legislação de planeamento); houve deficiências, algumas ainda não ultrapassadas, relativamente - à participação, à articulação com os municípios vizinhos e com outros I.G.T.; houve voluntarismo e excessos na dispersão da construção, no alargamento dos perímetros urbanos e no dimensionamento de equipamentos e espaços industriais; também existiram esforços e inovação na integração de componentes novas, sobretudo ambientais e económicas e na integração de conceitos novos como por exemplo a *movilidade suave* e a *avaliação ambiental estratégica*;

- outro sector tradicional tem sido o das **infraestruturas** – como já referido são reconhecidos os resultados alcançados nas acessibilidades (rede viária e transportes), no saneamento básico (sistemas de água, esgotos e mais recentemente resíduos sólidos urbanos); e reconhecidos também os esforços de cooperação intermunicipal neste âmbito.

Como sectores menos tradicionais, que obrigaram a esforços acrescidos, referem-se para além das iniciativas de valorização do **património natural e construído** já enunciadas:

- a área da **educação** (muito complexa e sensível, com numerosos intervenientes), destacando para além das preocupações com instalações, transportes e pessoal de apoio, os êxitos alcançados na **educação de adultos** e no **reconhecimento de competências**; não se desenvolveram as oportunidades de um Conservatório e uma Orquestra Regional;
- os **equipamentos culturais e desportivos**, destacando-se no Alentejo uma efectiva proximidade do P.L. às associações de qualquer dimensão e a satisfação crescente das suas necessidades – ao nível das instalações e dos transportes (equipas desportivas, crianças e idosos para diversos eventos); referir que nem sempre se verificou a racionalização e o espírito de cooperação para partilhar equipamentos e serviços – resultando em algumas instalações sobredimensionadas, degradadas e subutilizadas, com os consequentes custos.

Situação actual

Por um lado ainda se olha para o P.L. de forma paternalista, atribuindo-lhe a obrigação de todos socorrer (atender, cuidar, dar emprego) e obrigação de resolução de todos os problemas (públicos, privados, de empresas, famílias).

Por outro lado as exigências quanto a serviços prestados e respectiva qualidade são cada vez maiores.

Nestas quatro décadas consolidou-se inequivocamente o P.L., como uma das consequências da democracia. No Alentejo muitas autarquias exerceram este poder com verdadeiro espírito de missão pública, de serviço às populações, preocupação de prestar contas e de envolver os munícipes. Existindo sempre algumas situações abusivas, de cedência do interesse público aos interesses privados e corporativos, por vezes situações gravosas e irreversíveis.

Mas hoje, com o vasto leque de responsabilidades das autarquias, para além do que se espera do P.L. quanto a **honestidade, transparência e competência**, coloca-se também um desafio importante, que consiste na **ampla preparação dos eleitos e dos serviços** - com organização modernizada, planeamento mais estratégico, avaliação e controle regulares e formação/capacitação permanente - de forma a que os serviços construam soluções e formulem propostas, que permitam aos eleitos decidir/optar, de forma cada vez mais consciente e fundamentada.

Existe aqui um papel determinante para a ANMP e a ANAFRE, no proporcionar de sinergias para este desempenho.

Seria benéfico alguma humildade na avaliação da gestão autárquica nestes quarenta anos, identificando honestamente erros, omissões, deficits e excessos de actuação. Mas também, num esforço pela positiva, identificar boas práticas e soluções inovadoras a aprofundar e divulgar e novas estratégias a empreender. E ainda aprofundar a cooperação entre municípios e minimizar os problemas que a gestão dos ciclos de quatro anos tem trazido.

E os **municípios, visitantes e investidores**? Que cultura adquiriram relativamente ao Território e ao P.L.? Há ainda muito a fazer para a participação nos debates, grandes decisões e planeamento, consultar os instrumentos e serviços “antes de comprar o terreno”, sujar menos, reciclar mais, participação efectiva no sistema de educação, conhecer os objectivos e programas municipais, criticá-los e contribuir.

Futuro próximo

Concluo citando - *não sendo a democracia um regime acabado, tem de ser permanentemente conquistada/construída, tem de ser aprofundada, tem de se lutar por ela. Só com a gestão democrática tem sido possível manifestar livremente a vontade política de grupos diversos e reivindicar como direitos, as carências e desejos de sectores da sociedade e conquistar esses direitos – assim, só com a criação de uma **Comunidade Regional do Alentejo**, reforçando o P.L., se conseguirá reivindicar intransigentemente as infraestruturas, investimentos e incentivos devidos à região e que são da esfera nacional – exemplos: Alqueva, rede ferroviária, plataformas logísticas, montado, serviços de saúde de nível regional.*